

COLÓQUIO

Realizado em Tomar pela Associação Juris Tantus em 15-03-03

JULGADOS DE PAZ: Ambiente - Vocação - Atitudes

Maria Judite Matias
Juíza de Paz Coordenadora
Do Julgado de Paz de
Oliveira do Bairro

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Antes de partilhar com V.Exas um pouco do dia-a-dia dos julgados de paz, não posso deixar de introduzir umas breves notas reveladoras do ambiente em que surgem, ressurgem ou se renovam, estes tribunais.

Que a justiça é cara, lenta, ineficaz e distante, são desabafos que atravessam todos os continentes.

A criação dos Julgados de Paz insere-se num movimento de reformas da justiça, entendido este conceito no seu mais amplo alcance, levado a cabo nas sociedades contemporâneas do mundo ocidental, na sequência de reflexões e longos debates sobre os males de que padecem as sociedades do nosso tempo e que envolvem, também, o relacionamento dos cidadãos com a justiça nas suas diversas vertentes. A economia de mercado, com o consequente apelo ao consumo, potenciado pelo acesso à informação, o avanço tecnológico a proporcionar ofertas de bens que simplificam e agilizam o quotidiano e um sem número de serviços a que se acede diariamente por via da contratação onerosa, a que todos têm acesso mas nem todos podem, ou querem, pagar, instalou, na nossa sociedade em particular, uma espécie de “normalidade viciada no incumprimento”, o crescimento urbano a potenciar a agressividade e a multiplicar os conflitos de vizinhança, são realidades que, aliadas ao facto de o cidadão estar mais informado e ser, por isso, mais reivindicativo na satisfação dos seus interesses, provocou, em alguns casos, o estrangulamento dos tribunais judiciais.

É certo que o legislador tem tentado acudir ao enorme tráfego judicial com que os magistrados judiciais se confrontam, através da criação de esquemas processuais simplificados. Porém, parece que a sociedade em geral, e os actores processuais em particular, não os assimilam, tão reduzida parece ser a utilização de alguns desses meios processuais alternativos.

Tenho para mim que a sensação de fracasso quanto à eficácia destas medidas, avulsas, se deve ao déficit de proximidade; não basta mudar a lei, é necessário introduzir no sistema elementos que inovem as instituições, susceptíveis de motivar o cidadão na dinâmica da mudança comportamental, revelando-lhe e propondo-lhe uma nova atitude partilhada.

As instituições devem ser concebidas e reformadas de acordo com a pertinência social, contextualizadas no tempo e no espaço. Porém, tal não impede que nos socorramos da informação e das experiências que outros países, mais adiantados no percurso histórico, e que já atingiram o patamar da modernidade avançada, nos proporcionam e demonstram, tendo conhecido os efeitos da dinâmica social que nós vivemos hoje, com considerável descompasso.

No actual contexto, há todo o interesse em considerar as novas realidades judiciais, para-judiciais e, até, extrajudiciais, vigentes nos sistemas jurídicos ocidentais contemporâneos, observando a sua evolução e os modelos alternativos implementados.

A informação de que se dispõe provem, na sua maior parte, de pesquisas, estudos, estatísticas actualizadas ..., dos E.U.A., Brasil, Bélgica, França, Itália, Inglaterra, onde é produzido o conhecimento empírico e teórico mais influente. É necessário reconhecer, sem preconceitos, que ao longo da história do nosso sistema jurídico e institucional, fomos seguindo, no essencial, o percurso evolutivo de sistemas de referência e, certamente, tudo indica, continuaremos a ser “solidários”.

Não referimos a Alemanha, porque em matéria de organização judicial não viveu nenhum desajustamento entre as exigências sociais e a resposta das respectivas instituições, que pudesse fazer eclodir quaisquer rupturas ou alarmes subjacentes à tão discutida “crise da justiça”, que é já lugar comum, ou pelo menos foi, em muitos dos outros, sendo a Itália o caso extremo com várias condenações no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, fundamentalmente pela morosidade; na França o debate centra-se no déficit de proximidade, onde a existência de “casas de Justiça”, sobretudo nos grandes centros urbanos, não dispensou a criação dos “juízes de proximidade”, mesmo com forte contestação da magistratura tradicional; e em Inglaterra, exemplo de preservação dos modelos tradicionais pela permanente renovação dos mesmos, que permitiu a continuidade histórica dos juízes de paz desde 1327, a principal crítica é a elevada onerosidade, onde o processo judicial parece ser o mais caro da Europa.

E não seria justo omitir o caso exemplar do Brasil, que somava estas queixas, e mais algumas, sem esquecer o facto de se tratar de um sistema ajustado a um contexto social próprio, os denominados “juizados especiais” conheceram, no curto espaço de cinco anos, uma evolução sem precedentes e o reconhecimento da denominada magistratura togada, vencidas as naturais reservas iniciais.

Nestes países, a resposta aos novos tempos traduziu-se na criação, no seio da orgânica judicial instalada, ou fora dela, de uma instituição de natureza judicial vocacionada, de raiz, para acorrer às novas solicitações do quotidiano, através de procedimentos ajustáveis às situações concretas e individualizadas.

O MODELO ADOPTADO

É minha convicção de que o grande desafio que se nos coloca, não é tanto a decisão sobre a mais valia ou oportunidade dos julgados de paz, mas sim a determinação das especificidades do modelo adoptado, por unanimidade, de forma a gerar nos cidadãos a empatia necessária à sua assimilação e vencer as naturais resistências conservadoras.

O modelo dos julgados de paz adoptado pelo legislador tem, em minha opinião, influências dos modelos belga, brasileiro e italiano, muito diferentes do modelo adoptado em Espanha, mas não se identifica com nenhum dos modelos de que dispomos informação. O legislador português foi particularmente feliz ao criar um modelo *sui generis*, resultante da conjugação articulada de um meio de resolução alternativa de conflitos, no âmbito de um procedimento de natureza judicial: introduziu a mediação como meio possível e preferencial para a resolução do conflito, cuja adesão é voluntária, mas com a certeza de que se as partes não lograrem elas uma solução consensual negociada entre si, com o apoio independente do mediador, não haverá lugar a expedientes dilatórios nem delongas injustificadas porque o passo seguinte será uma audiência de julgamento a realizar no prazo de dez dias, contados a partir da frustração da mediação.

OBJECTIVOS DOS JULGADOS DE PAZ

Os julgados de paz são uma instituição inovadora que encara a justiça do quotidiano como um bem essencial de consumo diário, em que a justiça material, o apaziguamento e restabelecimento das relações sociais deterioradas, a celeridade, a oportunidade de acção, são os seus objectivos principais. Para tanto, as três componentes desta estrutura (atendimento, mediação e juízes de paz), estão abertas aos cidadãos, cultivam um acolhimento de proximidade, o custo do processo é uma taxa única acessível (€70,00), com possibilidade de apoio judiciário, e o tempo de curso dos processos é muito reduzido (tempo médio 30 dias) .

Esta proximidade e oportunidade de acção, pode ser ilustrada com o seguinte caso:

Um advogado apresentou-se no julgado de paz para dar entrada de um requerimento inicial, invocando violação do direito de servidão de águas. Fez saber no atendimento que o caso reclamava urgência, era Julho, muito calor, estava em causa uma ceara de milho cujo valor económico era importante para o proprietário e por isso pediu para falar com o juiz de paz a fim de se agilizar o processo o mais possível. Nesse mesmo dia procedeu-se à notificação pessoal e quatro dias depois estava celebrado um acordo obtido na mediação. Quando este

acordo foi apresentado para homologação, apercebemo-nos de que o problema não era a água propriamente dita, mas sim um cão muito cioso da sua privacidade. Seja porque fosse, salvou-se o milho e sanou-se um conflito que se afigurava com consequências imprevisíveis, num espaço de tempo que nenhuma providência cautelar permite e por mais célere que fosse dificilmente seria tão eficaz por déficit de proximidade.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS JULGADOS DE PAZ

A actuação do julgados de paz é orientada por princípios fundamentais, potenciados de acordo com a situação concreta.

O n.º1, do art. 2.º, da lei dos julgados de paz (Lei n.º78/2001, de 13 de Julho), afirma que a vocação destes é “permitir a participação cívica dos interessados e estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes”. Esta declaração de princípio norteia todos os comportamentos, atitudes e diligências, no sentido de sanar o conflito, quantas vezes intervindo o juiz de paz “a priori”, evitando o desencadeamento do processo.

Os procedimentos, de acordo com o n.º2, “estão concebidos e são orientados” pelos seguintes princípios: SIMPLICIDADE, ADEQUAÇÃO, INFORMALIDADE, ORALIDADE, e ABSOLUTA ECONOMIA PROCESSUAL, os quais contribuem para concretizar a tão desejada justiça de proximidade.

PROCEDIMENTOS

Simplificar os procedimentos não é só uma questão de celeridade processual; é conduzir o processo com razoabilidade para ambas as partes, tornando-o acessível e compreensível para o cidadão comum.

O relacionamento dos juízes de paz com as partes, vai projectando o julgado para o exterior, conquistando confiança e credibilidade na comunidade demonstradas em pequenos sinais, revelando que uma nova atitude obtém como resposta uma outra atitude em conformidade.

Num determinado processo, o demandado ao receber a respectiva notificação e a data da pré-mediação para a qual é “convidado”, foi ao julgado no próprio dia comunicando que nessa data estaria fora de Portugal, mas estava disponível para antecipar a referida data. Sendo certo que a atitude mais comum é adiar as

diligências para as “calendas gregas”, contactado de imediato o demandante, foi possível resolver este processo em três dias a contento de todos. Mais uma vez a proximidade, o retorno comportamental, a atitude em conformidade.

Proponho a V.Ex.as, nesta intervenção, uma “visita guiada” aos julgados de paz cujo percurso vamos iniciar.

Um cidadão inconformado com qualquer situação que julga violadora dos seus direitos, dirige-se ao julgado de paz e expõe o seu problema a um técnico de atendimento.

Este colaborador do julgado faz a triagem da competência territorial e material. Perante quaisquer dúvidas não hesita em consultar o juiz de paz assim como também não hesitará em encaminhar essas pessoas para quaisquer organismos competentes para a resolução do problema ou encaminhamento do mesmo, ou sugerir a consulta a um advogado, ancorados no disposto nos artigos 38.º e 40.º, da lei dos julgados de paz .

Uma questão frequentemente apresentada no julgado de paz é a rectificação de áreas, para efeitos registais, por causa de erros grosseiros de medição nos levantamentos topográficos efectuados nos anos sessenta. Através do instituto da usucapião, este problema tem sido resolvido a contento de todos, inclusive da Sra. Conservadora. Porém, o tecnicismo do direito substantivo não está ao alcance do comum das pessoas e a intervenção de advogado ou solicitador é essencial sendo os interessados orientados nesse sentido, porque os julgados não dão aconselhamento jurídico.

Constatada a competência do julgado, há lugar ao registo do requerimento inicial. Os cidadãos mais esclarecidos apresentam-se com o requerimento inicial já reduzido a escrito, muitas vezes elaborado por advogado e outras ainda entregue por este. Mas não necessita ser assim. Basta expor oralmente os factos e o técnico incumbir-se-á de o reduzir a escrito, o que acontece na maior parte dos casos. Neste momento os cidadãos são informados e esclarecidos dos trâmites subsequentes, e motivados para ouvir um mediador, juntamente com a parte a demandar, numa reunião conjunta a que o legislador denomina pré-mediação. Por regra a proposta é bem acolhida, notificando-se a parte demandada para os efeitos e consequências, juntando-se cópia dos textos dos artigos 38.º, 45.º, 49.º, 50.º e 58.º, da lei dos julgados de paz, marcando-se uma data posterior ao término do prazo para contestar o teor do requerimento. Se o demandado aderir à referida sessão, o mediador explica-lhes os procedimentos da mediação, as vantagens da resolução do conflito por esta via, etc... Se for bem sucedido, pode avançar-se de imediato, ou marcar data para a realização da mediação. Em qualquer dos casos, se as partes lograrem o acerto de posições e celebrarem o desejado acordo é o mesmo apresentado ao juiz de paz para imediata homologação. No caso, o juiz de paz apresentar-se-á, reúne as partes na sala de audiências, motiva-as para o cumprimento do mesmo e disponibiliza - se para os ouvir sempre que necessário .

Este procedimento já se revelou da maior eficácia. Num litígio que envolvia dois vizinhos, proprietários de prédios contíguos, o demandante pretendia exercer o

direito de servidão forçada momentânea, para colocação de andaimes a fim de proceder aos acabamentos de obra numa parede do seu prédio. No pedido estimava em vinte dias o tempo necessário para o efeito. Nas cláusulas do acordo dizia-se que o andaime ficaria “ pelo tempo necessário para realização” dos trabalhos especificados, comprometendo-se o demandante a enfrestar uma janela existente nessa parede. Vinte dias passados, o pretérito demandado apresentou-se no julgado de paz, reclamando “ que o prazo para conclusão da obra tinha expirado e que a parede continuava por pintar, além de que a janela também não estava enfrestada” e que assim sendo queria os andaimes fora do seu quintal. Estávamos naquele período de maior pluviosidade na zona e por isso tentamos serenar um pouco os ânimos, argumentando que a demora se devia ao facto de a parede estar molhada e não permitir a realização dos trabalhos e a resposta foi que “a parede estava sequíssima”, juntamente com um rol de queixas que desviavam o fundo da questão. Prometemos que no dia seguinte iríamos ver a obra. Assim foi. Constatamos o óbvio: a dita parede estava encharcada. Porém, foi possível constatar mais alguma coisa. A janela não estava enfrestada e os sinais de que tal não estava nos planos do dono da obra eram evidentes. Nesse mesmo dia, o julgado contactou o pretérito demandante dizendo-lhe que o juiz de paz tinha ido ver a obra e que gostaria de lhe falar, aferindo, subtilmente, das suas disponibilidades para o efeito. Em menos de uma hora estava no julgado, revelando um certo espanto pelo facto de termos ido ver a obra. Demos-lhe conta das queixas (incluindo as laterais apelando ao seu bom senso), que tínhamos sensibilizado a outra parte em relação ao mau tempo que exigia um pouco mais de tempo, mas.....contudo.....não tínhamos compreendido o facto da janela não ser enfrestada antes de se proceder aos acabamentos.....Claro que a culpa era do mestre de obras....., ia chamá-lo à atenção, ele próprio não andava satisfeito, etc..etc...Seja como e porque tivesse sido, a verdade é que aquilo que poderia ter dado azo a um conflito maior ficou resolvido e nunca mais nenhum apareceu a queixar-se do que quer que fosse.

Se não houver adesão à mediação ou não se conseguir nesta a resolução consensual do conflito, será marcada audiência de julgamento dentro dos vinte seis dias subsequentes à entrada do requerimento inicial, na primeira hipótese, ou dentro dos dez dias subsequentes à mediação na segunda hipótese.

Na audiência de julgamento, para a qual as partes são acolhidas pelo próprio juiz de paz, as partes são por este motivadas para a solução consensual do litígio. Louvamos aqui a postura cordata dos advogados que têm assistido as partes nesta fase, revelando a perfeita assimilação da filosofia dos julgados de paz; são as partes que dialogam entre si e com o juiz de paz, com um civismo que às vezes surpreende; o juiz de paz assume durante esta fase inicial da diligência o papel de mediador, árbitro e conciliador, conforme a circunstância; já tem acontecido afigurar-se, neste momento, conveniente a deslocação ao local e o juiz de paz suspender a audiência retomando-a no mesmo dia para proferir sentença. Esta agilidade e equidade de procedimentos evita o arrastamento de troca de argumentos, muitas vezes susceptíveis de agudizar mais o conflito .

Tal ocorreu num dos primeiros litígios conhecidos pelo julgado. Depois de uma mediação infrutífera, a demandante, toda cheia de razões e dona de uma verdade

absoluta, reclamava indemnização pela queda parcial do seu muro “provocada pela abertura de uma vala no terreno confinante situado da parte de baixo, que o deixou sem apoio”. Os argumentos alternavam entre a vala cuja existência o demandado negava e os adobes centenários que este invocava, mais o declive do terreno, mais os veios de escoamento e a chuva que era mais que muita. Quinze minutos foram suficientes para perceber que o mais conveniente era “ver para crer”. Decidiu-se pela suspensão da audiência, continuando a mesma no local para onde nos deslocámos de imediato. Chegados lá constatou-se o seguinte: O muro era de facto de adobes, centenário, completamente arruinado. Porém, o que mais contribuía para a derrocada (era evidente que aquele bocado de mais um metro não ia ficar por ali), era, por um lado, as raízes de umas canas, plantadas há uns anos para segurar as terras, não se soube ao certo por quem, que infiltraram completamente os adobes, e umas bases de cimento e tijolos que suportavam uns tubos a sustentar uma vedação de arame colocada pela própria demandante não havia muito tempo. Quanto à vala, o que se constatou foi um rego com uns dez centímetros de fundo, afastado do muro cerca de um metro, que servia para escoar a água evitando que se depositasse na base do muro. Dez minutos no local foram suficientes e, quase sem diálogos, a demandante começou a mudar de atitude, a ficar sem argumentos, prevendo já o desfecho final. A partir dali, importava evitar retóricas vexatórias contra uma pessoa absolutamente vencida, prevenindo o estigma do vencido susceptível de gerar novos conflitos. Para o demandado vencedor, foi um “consolo” o juiz de paz constar “in loco”, a sua razão.

Verificada a impossibilidade, ou inutilidade, de consenso, o juiz de paz profere decisão conforme a lei. A fundamentação da decisão na equidade, não se tem afigurado conveniente. O cidadão comum não é receptivo a esta hipótese, porque não está preparado para lidar com este conceito, correndo-se o risco da decisão ser interpretada como parcial. O que acontece é que a determinação da norma a aplicar pode resultar de uma interpretação mais compreensível.

A decisão é explicada no âmbito do desenvolvimento de uma pedagogia não só dos direitos mas também das obrigações de cidadania. A experiência tem revelado que, mesmo quando o juiz de paz tem de decidir sobre o fundo da questão, o efeito é menos sancionatório e melhor compreendido quando se promove o diálogo pedagógico envolvendo ambas as partes.

A questão mais delicada é o cumprimento do acordado ou decidido. Usando a mesma técnica já referida em relação ao momento da homologação, o juiz de paz manifesta o seu interesse no futuro da relação em causa e disponibilidade para acompanhar o cumprimento ouvindo as partes sempre que entenderem. É uma forma de persuasão que apela ao respeito e consideração que o juiz de paz tem de conquistar.

CONCLUSÃO

Os julgados de paz afiguram-se um instrumento adequado ao apaziguamento social no plano da descrença do cidadão nos mecanismos clássicos de resolução de litígios, como

meio de solucionar os conflitos que afectam o seu quotidiano, os quais clamam pela introdução de uma cultura consensual na vivência social, intervenção em tempo real e custo acessível. A vocação para soluções dialogadas e a introdução da mediação, favorecerá, a prazo, a opção preferencial do cidadão por meios extra-judiciais de resolução de certos conflitos. Essa nova era precisa dos julgados de paz; é esta instituição que abrirá, estou em crer, a janela da modernidade avançada.

É esta nova filosofia, que orienta a postura da justiça de proximidade em sentido amplo, que os julgados de paz se propõem desenvolver e sedimentar. Não estou a propor uma utopia. Falo do que pratico todos os dias.

A resistência à inovação é algo recorrente. Porém, todas as sociedades têm os seus espíritos inquietos e receptivos; prova disso é este auditório; e há também aqueles que contribuem com o seu empenho intelectual, como são os exemplos do Sr. Dr. Juiz Conselheiro Cardona Ferreira e do Dr. Juiz Joel Timóteo Pereira. Não posso deixar de referir o conforto que foi poder dispor do excelente manual que V. Exa. nos proporcionou. Mas foi também necessário a visão do futurista e oportuna de uma pessoa com a experiência, saber e autoridade de V. Exa, Senhor Conselheiro. A liberdade e autonomia que o Conselho de Acompanhamento nos preserva, implica para nós acrescida responsabilidade e muita angustia; a história, à qual V. Exa está irremediavelmente ligado, registará com louvor mais esta ousadia e nós agradecemos o exemplo.

Muito Obrigado.

Tomar, 15 de Março de 2003